

Do projeto pedagógico à prática de responsabilidade

social: um estudo de pesquisas e ações universitárias para o desenvolvimento
comunitário

Daniela de Figueiredo Ribeiro

Patrícia do Socorro Magalhães Franco do Espírito Santo

Como citar: RIBEIRO, Daniela de Figueiredo; ESPÍRITO SANTO, Patrícia do Socorro Magalhães Franco do. Do projeto pedagógico à prática de responsabilidade social: um estudo de pesquisas e ações universitárias para o desenvolvimento comunitário. *In:* FADEL, Bárbara. (org.). **Desenvolvimento regional:** debates interdisciplinares. Marília: Fundepe; Franca: Uni-Facef; São



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 195-226. DOI:
<https://doi.org/10.36311/2009.978-85-7983-048-8.p195-226>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

**DO PROJETO PEDAGÓGICO À PRÁTICA DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL:
UM ESTUDO DE PESQUISAS E AÇÕES UNIVERSITÁRIAS
PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO.**

Daniela de Figueiredo Ribeiro
Patrícia do Socorro M. F. do E. Santo
Paulo de Tarso Oliveira

Introdução

Este trabalho discute relatos de pesquisas desenvolvidas por docentes e alunos de graduação em Psicologia, no âmbito de programas de iniciação científica. Os procedimentos e os resultados dessas pesquisas dão origem a uma proposta de intervenção no plano social, tendo a psicologia comunitária como eixo norteador das ações. O presente estudo tem a intenção de focar tais atividades como concretização, no contexto do desenvolvimento social, de propostas do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Psicologia, ministrado no Centro Universitário de Franca - Uni-FACEF.

Inicia-se com uma breve caracterização das relações universidade/questões sociais, das proposições do referido projeto pedagógico e da apresentação de cenário dicotômico da globalização e ampliação dos saberes científicos e tecnológicos em relação aos índices de desigualdade e exclusão social. Prossegue, com a descrição detalhada das pesquisas realizadas, tanto em seus aspectos teórico-metodológicos, quanto em seus resultados.

Segue-se então, a partir desses resultados, uma proposta de intervenção no plano social.

Universidade, questões sociais e projeto pedagógico

A partir da segunda metade do século XX, cresce a idéia de universidade voltada para a realidade social e que procure envolver-se com os seus problemas. No Brasil, o final daquele século e o começo do atual coincidem com o início da construção do Estado Democrático de Direito, que demanda uma participação mais intensa da universidade. Essa participação não significa estar a serviço de um ou de outro segmento da sociedade, mas sim de estar comprometida com as transformações que caracterizam conquistas sociais democráticas.

Boaventura de Souza Santos, tratando da evolução das relações universidade/ sociedade, alerta para o fato de que muitas vezes a idéia de responsabilidade social da universidade fica reduzida à sua cooperação com a indústria, mas considera que

... a concepção mais ampla de responsabilidade social, de participação na valorização das comunidades e de intervenção reformista nos problemas sociais continua vigente no imaginário simbólico de muitas universidades e de muitos universitários e tende a reforçar-se em períodos históricos de transição ou de aprofundamento democráticos (SANTOS, 1999. P 209).

Cada vez mais, entende-se que as funções do ensino superior não podem seguir alienadas em relação aos desafios que se põem para a fase atual da humanidade. A propósito, pronuncia-se o professor Pedro Demo, comentando a respeito das demandas da sociedade em relação à universidade:

Diante de tamanhos desafios, a sociedade procura na universidade a sinalização dos rumos, o sensoramento

das tendências, o faro das oportunidades. A instituição que mais próxima está da produção científica e tecnológica assume, cada vez mais, a condição de lugar privilegiado para discutir e fazer o futuro (DEMO, 1993 p.140).

As funções do ensino superior não podem seguir alienadas em relação às questões nacionais. Do segmento universitário se espera a canalização da inteligência, do conhecimento e do pensamento superiores para reflexão e ações em direção aos problemas da sociedade brasileira, buscando soluções compatíveis com nossa cultura e civilização. Nesse sentido, é significativo o pronunciamento de Markovitch (1998 p.72-73):

A universidade brasileira dispõe de competência instalada para realizar uma ampla gama de programas mobilizadores em torno das questões sociais.

(...)

A exclusão social é o maior problema da sociedade moderna, principalmente em nosso país. Não há como a universidade furtar-se ao debate desta questão.

A relação universidade/sociedade deve exercer-se também com foco local e regional, no encontro dos saberes produzidos pela comunidade e pela instituição de ensino superior. As ações das instituições de ensino superior, no desenvolvimento de seus cursos, precisam levar em conta os traços da realidade regional. Esta concepção não deve atingir só o elenco de disciplinas. Deve abranger todo um conjunto de atividades formativas capazes de ultrapassar os limites da sala de aula e colocar o *ser em formação* num contínuo contato com os contextos sociais, até mesmo para melhor compreender as funções e a finalidade da atuação profissional. Assim, nos projetos pedagógicos,

há que sobressair a intenção de projetar cursos que busquem a formação profissional sob a égide humanística e que, além de preencherem os requisitos comuns à formação em termos nacionais, estejam plenamente identificados e comprometidos com a realidade regional,

levando em conta seus traços geohistóricos, econômicos, políticos e sociais, que estão e estarão no entorno da instituição e de seus membros (OLIVEIRA, 2003, p.16).

Às ações daí decorrentes pode-se dar o nome de *responsabilidade social da universidade*. Essas ações representam uma atitude de responsabilidade social que, no dizer de Loboschi et al (2003, p.94), “oferece uma rara oportunidade para integrar os valores no local de trabalho, para transformar o ideário pessoal de contribuir para a sociedade e para ajudar a garantir um futuro mais seguro às próximas gerações em concretude.”

O Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia do Uni-FACEF (2007) procura contemplar plenamente tal atitude ao estabelecer que, na sua hierarquia de finalidades,

*“Tem por objetivo maior a formação de cidadãos capacitados para a vida profissional e comunitária e que, pelo **saber** e pelo **ser**, deverão atuar e interferir positivamente nos vários segmentos e instituições sociais, colaborando para uma sociedade mais justa e solidária.”*

e, entre os objetivos específicos,

“Partilhar, com todos os segmentos da sociedade, da identificação, análise e busca de soluções dos problemas da comunidade, tanto local e regional, quanto da sociedade mais ampla.”

e, entre as estratégias que busquem a obtenção dos objetivos do curso, propõe a realização de

“pesquisas bibliográficas e pesquisas de campo, na busca de uma maior familiaridade com a prática científica, bem como o estímulo para a busca do conhecimento no sentido de compatibilizá-lo às necessidades sociais e comunitárias.”

As discussões que se seguem, a par de apresentarem os relatos de pesquisa e projeto de intervenção no plano comunitário, revelam ações de concretude das proposições do curso e evidenciam também um caminho seguro para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Alguns horizontes teóricos

O cenário atual caracteriza-se pelo crescente processo de globalização em âmbito mundial e por um amplo desenvolvimento tecnológico apoiado por uma ciência racionalista, que legitima uma visão de progresso como acúmulo de capital e organização racional da vida. Ao mesmo tempo em que o saber científico se expande pelo corpo social, observa-se um aumento nos índices de exclusão social e desigualdade econômica.

Os estados nacionais, considerados por vários autores como fracos na contemporaneidade (DUPAS, 1998; SORJ, 2001; NEGRI; COCCO, 2005), para manterem os orçamentos públicos equilibrados, uma vez que o mercado se torna a instância suprema, se isentam do ponto de vista social e, até os regimes de *welfare* mais consistentes, como na Escandinávia e Holanda, convivem com a necessidade constante de reformulação, situando-se em zona de risco. O aumento da informalidade no mundo do trabalho também contribui para o afastamento crescente de setores da população com relação à mediação do Estado.

Questiona-se assim o papel do Estado como principal protagonista na resolução das crises atuais. Negri; Cocco (2005) afirmam que, bem ao contrário, e em especial na América Latina, o Estado tem obstaculizado o desenvolvimento por conta de um pacto oligárquico-corporativo que reproduz estratificações do tipo neo-escravista. Os autores apontam que de 1940 a 1980 o Brasil viveu uma importante taxa de crescimento econômico de 7% ao ano, sem efeito democrático.

Baquero; Baquero (2007) também problematizam a soberania do aspecto econômico ao se pensar desenvolvimento e afirmam que ele deve ser pensado como parte de um projeto social que vise ao desenvolvimento humano, sendo este último o verdadeiro fim do desenvolvimento.

Alguns autores que utilizam o conceito de capital social (BAQUERO; BAQUERO, 2007; SORJ, 2001; GUIDDENS, 1999) afirmam que a produção de associativismo, relações horizontais (não-hierárquicas) e desenvolvimento da confiança mútua seriam alternativas para desenvolvimento de capital humano, o qual seria base para o desenvolvimento econômico, e não o contrário. Neste sentido, Guiddens (1999) aponta como alternativa a formação de comunidades, ou seja, redes de apoio e espírito de iniciativa para a renovação econômica em bairros de baixa renda. O autor amplia o conceito de *welfare*, para além do bem estar social, mas também bem estar econômico e psicológico.

Verificam-se, atualmente, inúmeros desequilíbrios ecológicos, crescimento de zonas de miséria no mundo, fenômenos chamados de “guerra urbana” nas grandes metrópoles, aumento dos índices de violência e desemprego, ampliação da política de *low-wage*¹ e prevalência de um estilo predatório de concorrência que Sorj (2001) chama de mercantilização das relações sociais.

Além disso, a vida doméstica é gangrenada pelo consumo da mídia; a vida conjugal é ossificada pela padronização de comportamentos e as relações de vizinhança são reduzidas a sua mais pobre expressão (GUATTARI, 2007).

Este autor afirma que é necessária a recomposição das práxis humanas nos mais variados domínios, tanto em escalas individuais quanto coletivas, do ponto de vista da vida cotidiana e de uma reinvenção da democracia. Trata-se de produzir uma re-singularização, ao invés de

¹ Baixos salários como na China e Índia.

permanecer no processo de produção de usinagem de subjetividades pela mídia, o que leva à desolação e ao desespero humano. Enfim, tornam-se importantes práticas específicas que tendam a modificar e a reinventar maneiras de ser no seio do casal e da família, no contexto urbano e do trabalho.

Guattari (2007) propõe, assim, ao refletir sobre a realidade atual, que nenhum aspecto seja colocado em posição infra-estrutural com relação a outros, afirmando que é necessária uma articulação entre os três registros ecológicos: o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana, para que se compreenda a realidade do mundo contemporâneo e se pense em alternativas para sua reorientação.

Ele afirma que o poder capitalista se deslocou em *extensão* - ampliando seu domínio para o conjunto da vida social, econômica e cultural do planeta; e em *intenção* - infiltrando-se no seio dos mais inconscientes extratos subjetivos.

Assim sendo, não é possível pretender se opor a ele apenas de fora, através de práticas sindicais e políticas tradicionais. Tornou-se igualmente imperativo encarar seus efeitos no domínio da ecologia mental, no seio da vida cotidiana individual, doméstica, conjugal, de vizinhança, de criação, de ética pessoal (GUATTARI, 2007, p. 33).

Isto significa que não é justo separar a ação sobre a psique daquela sobre o *socius* e sobre o ambiente. O despotismo que acontece nas relações conjugais e familiares é parecido com aquele existente no campo social. Por outro lado, a apreensão de um fato psíquico é inseparável das dimensões institucionais e de classe social que o fazem tomar corpo.

Guattari nomeia “subjetividade capitalística” a esta forma subjetiva serializada, individualizada e mantenedora das relações sociais assimétricas, onde agenciamentos diversos engendram um indivíduo dócil e submisso, que circunscreve uma sujeição econômica e subjetiva a um modelo indivíduo-para-

o-consumo, dando sustentação aos mercados capitalistas (LEITE; DIMENSTEIN, 2002).

Na superação da forma serializada e assujeitada dos indivíduos, importa reconstruir novas modalidades do ser-em-grupo, a enunciação do indivíduo é prisioneira das significações coletivas dominantes e somente um grupo-sujeito pode trabalhar fluxos semióticos, quebrar significações, abrir a linguagem para outros desejos e forjar outras realidades.

Enfim, o que está em questão é a maneira de viver daqui em diante sobre este planeta - trata-se de reapreciar a finalidade do trabalho e das atividades humanas em função de critérios diferentes daqueles do rendimento e do lucro. Intervir ativamente sobre todas as máquinas de poder dominante, quer se trate do poder do Estado burguês, do poder das burocracias de toda espécie, do poder escolar, do poder familiar, do poder falocrático no casal, e do poder repressivo do superego sobre o indivíduo. (GUATTARI, 2007)

Assim, para fazer face aos destroços do que Guattari (1987) chama de Capitalismo Mundial Integrado, ou ao sistema atual vigente, são menos necessárias as reformas de cúpula, leis, decretos e programas burocráticos, mas são fundamentais as práticas inovadoras, centradas no respeito à singularidade e no trabalho permanente da produção de subjetividade, que vai adquirindo autonomia e, ao mesmo tempo, se articulando ao conjunto da sociedade

O autor ressalta ainda que a reconquista de um grau de autonomia criativa num campo particular invoca outras reconquistas em outros campos. “Assim, toda uma catálise de retomada de confiança da humanidade em si mesma está para ser forjada passo a passo e, às vezes, a partir dos meios mais minúsculos” (GUATTARI, 2007, p.55, 56).

A pesquisa de campo

No âmbito do desenvolvimento regional, pode-se pensar em algumas demandas de pesquisa, buscando reconhecer as influências que o contexto mundial corporifica em situações específicas e locais. A pergunta que se insinua é quais são os efeitos do capitalismo mundial integrado na vida concreta de uma parcela da população local e quais as ações que promoveriam desenvolvimento, no seu sentido mais amplo?

No caso da cidade de Franca, é importante contextualizá-la como um importante pólo industrial calçadista brasileiro, e que vem passando recentemente por profundas modificações nos modos de produção, devido à reestruturação produtiva decorrente do processo de globalização.

Nos anos 90, a competição internacional imposta pela abertura da economia fez com que a indústria calçadista passasse a produzir bens e serviços de melhor qualidade e com preços mais competitivos. Ao longo dos últimos dez anos houve falência de inúmeras fábricas do setor e a transferência das mesmas para outras localidades, resultando em um número significativo de desemprego. Estas mudanças deram origem a propostas de terceirização por parte de várias empresas, que passaram a solicitar serviços domiciliares àqueles trabalhadores desempregados que tinham alguma experiência. Este processo de reestruturação produtiva desencadeou uma proliferação intensa de serviços ligados ao setor informal, sendo que parte da produção fabril passou a ser realizada em bancas de pespontos², montadas dentro das residências dos trabalhadores.

De acordo com a literatura (ANTUNES, 2003; FREITAS, 2001; NAVARRO, 2003) esta transferência penaliza o trabalhador do ponto de vista sócio-econômico, uma vez que se caracteriza pela inexistência de contratos que

² As bancas de pespontos são oficinas de trabalho localizadas normalmente dentro das residências dos trabalhadores, contando com máquinas em número variável, podendo ser informais ou legalizadas, e que se responsabilizam por uma parte específica da produção de calçados.

garantam a constância de fornecimento de trabalho e pela existência de intermediários que ganham sobre a produção das bancas. Além disso, pode gerar prejuízos à saúde dos banqueiros e de seus familiares, devido ao cheiro da cola, ao pó do couro e ao barulho das máquinas.

Outro aspecto que interfere na vida dos trabalhadores domiciliares está ligado ao que Barbosa e Mendes (2003, p. 65) afirmam:

Na indústria do calçado, o que observamos (...) é que o espaço doméstico se modifica, transformando em muitos casos, em uma unidade produtiva (...), ampliando-se para os cantos mais variados da cidade e, influenciando não somente o aspecto da produção de calçado, mas sobretudo a maneira de viver (...). Em muitos casos, não se pode distinguir onde começa a oficina ou termina a casa.

Observa-se assim, que as transformações no mundo do trabalho terminam por influenciar nas relações sociais e nos modos de vida da população que está inserida nesta realidade, produzindo novos arranjos relacionais, que precisam ser compreendidos.

Este é o pano de fundo a partir do qual foi formado um grupo de pesquisa em 2006, contando com sete alunas do curso de graduação em psicologia e uma professora orientadora. Nele se inserem quatro projetos de Iniciação Científica que receberam apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), entre 2006 e 2008, e dois que recebem apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), entre 2007 e 2009.

Na primeira etapa do estudo foi realizada uma pesquisa etnográfica em um bairro periférico da cidade, tipicamente operário, com o objetivo de conhecer o contexto geral onde se inserem os trabalhadores domiciliares e suas famílias, bem como compreender a maneira como representam aspectos da sua vida familiar e de trabalho.

Inicialmente entrou-se em contato com a assistente social responsável pelo trabalho técnico e social do bairro, que apresentou o grupo de pesquisa ao líder comunitário, propiciando os primeiros contatos. O grupo de pesquisa passou, então, a participar de algumas reuniões comunitárias, expondo o projeto que deveria ser realizado. Com a anuência e apoio dos líderes, as bancas de pesponto foram identificadas e os alunos apresentados para que se desse início às observações participantes. Vale ressaltar a importância da ajuda dos líderes comunitários para a identificação dos participantes da pesquisa, uma vez que se previa que a entrada no campo fosse difícil. Primeiro, pelo fato do setor informal funcionar em condições por vezes ilegais ou clandestinas e, segundo, pelo atual movimento contrário ao trabalho infantil, mas que dificilmente pode ser erradicado nesta realidade, quando a esfera pública do trabalho se mistura à esfera doméstica.

Após todas as negociações quanto às questões éticas envolvidas na pesquisa, e o compromisso de devolver à população os resultados obtidos em termos de uma atuação posterior em psicologia comunitária, deu-se início ao trabalho de campo.

Foram realizadas, pelas alunas pesquisadoras³, observações participantes em dez residências, sendo que em sete delas acontecia a costura manual do calçado e em três funcionavam bancas de pesponto.

O referencial metodológico utilizado nesta etapa da pesquisa foi um estudo do tipo etnográfico, que envolve um trabalho de campo, que visa uma aproximação das pessoas, situações, eventos, enfim, do estilo de vida de certo grupo social. O pesquisador deve buscar penetrar no cotidiano vivido pelos atores sociais, fazendo uso de dados descritivos, sistematicamente registrados em diários de campo, e coletados por meio de observações participantes, entrevistas intensivas e, se necessário, análise de documentos.

³ As alunas foram sistematicamente treinadas para a execução desta etapa da pesquisa em reuniões semanais com a pesquisadora responsável, tendo sido construído nestes fóruns um único roteiro de observação, utilizado por todas.

Desde a década de 80, estudos do tipo etnográfico passaram a ser amplamente realizados na área da educação, após as críticas realizadas ao modo tradicional de se fazer pesquisas em psicologia escolar, as quais terminavam por contribuir com as estigmatizações, com os lugares sociais estereotipados, e que partiam de uma visão de ciência que não levava em conta a complexidade de fatores envolvidos na produção do fracasso escolar, situando-o somente no “aluno-problema”. Passou-se então, via uma adaptação dos métodos etnográficos à área educacional, a se buscar uma compreensão aprofundada acerca do cotidiano escolar, das relações e conflitos que contribuem para a manutenção da “ordem das coisas” (ANDRÉ, 2001; ANDRADE, 1990; SOUZA, 1997).

A partir das contribuições positivas advindas dos resultados obtidos com estas pesquisas, acredita-se que a metodologia etnográfica possa ser utilizada em outros contextos, sendo um valioso instrumento para a compreensão do cotidiano e da cultura de um determinado grupo social. Na atual linha de pesquisa, esta perspectiva foi escolhida para orientar a investigação de trabalhadores que vivem em um mesmo bairro, já que permite a apreensão da cultura na qual se inserem e a maneira como vivenciam e representam as práticas sociais e os acontecimentos que constituem seu dia-a-dia. Este método se caracteriza por uma abertura e flexibilidade quanto ao processo de pesquisa, que deve ir sendo delineado na medida em que os problemas e hipóteses se apresentam no decorrer da coleta de dados. É possível e desejável que se façam mudanças estratégicas nos procedimentos de pesquisa, mas o problema do qual se parte deve ser bem delimitado a partir de uma extensa revisão da literatura. Vale ressaltar ainda que o pesquisador não assume uma postura de neutralidade, não havendo o compromisso da ciência positivista em estabelecer leis gerais. O que se pretende é uma compreensão abrangente e sempre provisória da realidade estudada, na qual o pesquisador também se coloca de maneira comprometida, ou seja, é co-construtor do produto final obtido.

Os dados coletados foram inicialmente ordenados para a construção de um mapa horizontal das descobertas em campo: transcrição de fitas, organização dos relatos, reorganização do material e dos dados de observação. Sua classificação e categorização foi realizada a partir de uma leitura exaustiva e repetida dos textos, o que permitiu a apreensão das idéias centrais sobre o tema.

Foram identificadas, em primeiro lugar, as categorias analíticas, construídas a partir da revisão da literatura e, em seguida, foram levantadas as categorias empíricas, organizadas a partir dos dados coletados e que extrapolavam o conhecimento já instituído sobre o tema. Realizou-se, assim, a construção de um corpus de comunicações e, em seguida, foi feito um enxugamento, mantendo os temas mais relevantes. As categorias foram agrupadas a fim de construir uma lógica unificadora. A análise final implicou em um movimento incessante do empírico para o teórico e vice-versa, constituindo um movimento dialético que embasa a construção do texto final, que é sempre provisório. (MINAYO, 1996)

Os resultados obtidos nesta primeira fase da pesquisa podem ser observados a seguir:

O bairro e a vida comunitária

Há aproximadamente 6 anos a Prefeitura Municipal de Franca e a PROHAB (Programa de Habitação Popular), em parceria com a Caixa Econômica Federal, iniciou a entrega das casas construídas no Jardim Andorinha⁴, que visava contemplar moradores que não tinham casa própria e que mantinham seus impostos em dia. Foram entregues 468 casas de 45, 7m², construídas em terrenos de 200 m². Para a seleção das famílias premiadas foram priorizadas as que possuíam renda mensal de até seis salários mínimos.

⁴ O nome do bairro é fictício.

Os moradores iriam pagar pela casa, durante 15 anos, uma taxa mensal de arrendamento inferior a um aluguel normal, correspondente a 0,7% do valor do imóvel. Em todas as casas havia instalação de água, energia, telefone, e ainda iluminação pública e pavimentação⁵.

No bairro não há clubes praças, postos de saúde, creches, centro comunitário, escolas, farmácias, casas lotéricas e igrejas, sendo os cultos e missas realizados nas residências dos moradores. Devido à falta de uma biblioteca pública, um dos moradores disponibilizou sua casa para tal finalidade, e desde então, recebe doações de livros. Há ainda uma grande quantidade de terrenos baldios, um campo de terra onde as crianças costumam se reunir para jogarem futebol, queimada, entre outros. Há telefones públicos, um supermercado, uma mercearia, uma papelaria, uma padaria e uma *lan house*, sendo todos estes pontos de comércio localizados na avenida central. A coleta de lixo reciclável (coleta seletiva) é feita por uma família do bairro que fica responsável pela tarefa. Além disso, há o caminhão de coleta de lixo da prefeitura que passa pelo local. Não há lixo espalhado pela rua. O transporte público passa pelo bairro de 20 em 20 minutos durante a semana, e de 30 em 30 minutos aos finais de semana. Há também um ônibus escolar oferecido pela prefeitura. Quanto a sua segurança, alguns moradores consideram o bairro Jardim Andorinha seguro, outros não. Desta forma, a ronda policial é solicitada pelos moradores para que passe várias vezes durante a noite. As reformas feitas na parte interna ou externa das casas, tais como calçada, pintura, garagem, muros, portões, entre outros, são por conta dos residentes. Com relação à movimentação do bairro, apenas os moradores do local transitam pelas ruas, sendo geralmente, ciclistas, grupos de adolescentes e crianças. No período noturno, há maior movimentação do que durante o dia. As opções de atividades de lazer no bairro são jogos de futebol masculino aos finais de

⁵ Dados disponíveis no site: <http://www1.caixa.gov.br>

semana, festas em datas comemorativas e quermesse uma vez por ano (FREITAS, S.M; RIBEIRO, 2008).

A relação entre vizinhos no bairro foge bastante do que é visto nos dias atuais, onde todos estão isolados em suas casas e não conhecem aqueles que vivem próximos. No bairro Andorinhas, os vizinhos parecem ter um relacionamento mais próximo, estão sempre indo à casa uns dos outros para ajudar ou para conversar. Empréstam as coisas uns aos outros, ajudam nos serviços domésticos, vão a reunião de pais na escola uns no lugar de outros e revezam-se para buscarem as crianças no ponto de ônibus. Opinam na vida uns dos outros, entram na casa do vizinho sem bater, ajudam a mexer a comida no fogão e levam comida para o outro experimentar (CINTRA; RIBEIRO, 2008).

Descrição dos cenários de trabalho

No interior das dez residências observadas ainda é mantido o modelo padrão de construção: dois quartos, um banheiro, sala e cozinha. Em algumas, as varandas foram cimentadas, enquanto outras continuam sendo de terra. Algumas casas foram muradas. Três residências possuem um cômodo separado, onde fica a banca de pesponto. Nas seis casas onde acontece a costura manual do calçado, o local de trabalho é a sala, e em duas a costura é realizada na varanda. Na costura manual, não há divisão entre local de trabalho e de moradia. Em todas as residências o trabalho é feito com um fundo musical, rádio ligado, ou até mesmo ao som da televisão. Como trabalham na sala e na varanda, a iluminação e ventilação são boas, pois a porta e as janelas ficam abertas (CINTRA; RIBEIRO, 2008).

As bancas de pesponto ficam em uma parte separada das residências, normalmente aos fundos, e contam com ventilador, rádio e televisão. Há café e água à disposição dos funcionários. No geral, as bancas possuem máquinas de costura todas enfileiradas; mesas paralelas às máquinas

onde os funcionários trabalham com a colagem de peças, e preparo dos *vaquetes*, que são peças de couro cortadas prontas para costura. Uma das bancas de *pesponto* observada é tida como grande quando comparada às outras, já que possui dois cômodos, 10 máquinas e 15 funcionários, sendo todos registrados (CINTRA; RIBEIRO, 2008).

Nas residências onde acontece a costura manual, os sapatos ficam jogados no chão, de um lado os que precisam ser costurados, de outro, os pares já costurados. A costura é feita com agulha especial e linha de couro. Às vezes os sapatos são de couro duro, e não vem furados, daí os trabalhadores acabam furando os dedos sempre no mesmo lugar (apesar das dedeiras). Algumas vezes a linha de couro vem com sebo facilitando um pouco o deslizar da mesma. Outra dificuldade relatada acontece quando as fábricas mudam os modelos que estão habituados a fazerem, ou mudam o tipo de ponto a ser costurado, o que acaba atrasando muito o serviço. Duas vezes por dia, um homem que é responsável pela entrega e recolhimento do serviço passa nas casas, uma vez no período da manhã e outra vez no final da tarde. Este homem, também chamado banqueiro, não possui uma banca de *pesponto*. Ele pega o serviço na fábrica, distribui e recolhe nas residências, ficando com a porcentagem maior do que é pago pelo serviço, e também com toda responsabilidade do material entregue a ele. Os sapatos que são deixados de manhã têm que ser entregues no final da tarde, e os do final da tarde são entregues no dia seguinte de manhã. Nas residências observadas, que funcionam como bancas maiores, não há um intermediário, o dono da banca vai até a fábrica buscar e levar os sapatos, em horários predeterminados. Os participantes da pesquisa relataram ganhar de R\$0,50 a R\$ 0,75 por par de sapatos costurado, trabalhando de segunda a segunda, e recebendo uma remuneração que varia entre R\$300,00 a R\$450,00 reais por mês (FELICIANO; RIBEIRO, 2008).

Atores do espaço social e algumas especificidades

Participantes que costuram sapatos em suas residências: dos sete trabalhadores domiciliares da costura manual, cinco são mulheres e trabalham sozinhas em casa. Em uma sexta residência trabalha um casal, onde o marido é aposentado, e em uma sétima residência trabalha toda uma família: pai, mãe e quatro filhos.

Participantes que possuem bancas de pesponto em suas residências: as três bancas de pesponto observadas podem ser comparadas em uma ordem crescente de complexidade e tamanho. Na primeira banca, a menor, trabalham pai, mãe, filho mais velho e uma vizinha. Na segunda banca trabalham: o casal de proprietários e mais seis funcionários. Por fim, a terceira banca é composta pelo casal de proprietários e treze trabalhadores (FREITAS, T.B; RIBEIRO, 2008).

As mulheres, tanto da costura manual como da banca, em sua grande maioria possuem Ensino Fundamental incompleto, pois começaram trabalhar muito cedo neste ramo, tendo aprendido com os pais por volta dos nove, dez anos de idade. Algumas por necessidades financeiras, outras porque os pais julgavam ser “preferível trabalhar em casa que ficar na rua aprendendo o que não precisa”, segundo as falas delas mesmas. Quando jovens, a maioria trabalhou em fábricas, retornando ao trabalho no lar por motivo de gravidez, ou nascimento dos filhos (FELICIANO; RIBEIRO, 2008).

Em uma das residências onde foi realizada a observação participante moravam seis crianças, todas ajudavam a mãe na costura manual do sapato. No período da tarde, apenas duas crianças ficavam em casa, uma menina ajudava a mãe no serviço doméstico e depois costurava sapato, e o menino passava parte do dia na rua brincando (mas quando chegava a casa também costurava). Quanto às outras crianças, uma trabalhava em banca de pesponto e as outras três estudavam até 16h. Quando havia serviço com calçado trabalhavam depois da escola juntamente com a mãe. Quando os filhos

se recusavam, ela aumentava o tom de voz, porém, na maior parte do tempo conversavam e brincavam sem nenhum problema. Em todas as casas observadas havia pelo menos uma criança, e todas trabalhavam: as que não costuravam sapato ajudavam no serviço doméstico, neste caso principalmente as meninas. Uma adolescente relatou que havia mudado o horário da escola para poder ficar mais tempo em casa e ajudar mais a mãe. Observou-se que mesmo aquelas crianças que não costumam sapato freqüentemente, sabem realizar a atividade (LIMA; RIBEIRO, 2008).

Após esta descrição do cotidiano de trabalho e de modo vida nas residências tornadas unidades produtivas, cada aluna-pesquisadora assumiu um aspecto da realidade em questão, a ser investigada de forma mais específica, por meio de entrevistas de profundidade, que consistiam na segunda etapa desta pesquisa, chamada fase focalizada.

Foram investigadas, na segunda etapa, as representações de aposentados que permanecem trabalhando de maneira informal⁶; a visão das mulheres acerca das relações familiares e o trabalho no lar⁷; a percepção das crianças e adolescentes sobre o trabalho que executam em suas residências⁸; as representações e vivências de trabalhadores sobre lazer, trabalho e tempo livre⁹; as relações familiares em bancas onde os cônjuges e muitas vezes os filhos também trabalham¹⁰ e, por fim, foi realizado um estudo comparativo entre os três ambientes de trabalho: fábrica, banca e costura manual, buscando compreender a modelização dos corpos que ocorre em cada um deles,

⁶ Pesquisa de Iniciação Científica realizada por Thais Silva Cintra, com subsídio da FAPESP.

⁷ Pesquisa de Iniciação Científica realizada por Vilma de Oliveira Feliciano, com subsídio da FAPESP.

⁸ Pesquisa de Iniciação Científica realizada por Marília Batarra Lima, com subsídio da FAPESP.

⁹ Pesquisa de Iniciação Científica realizada por Suzi Mara Freitas, com subsídio da FAPESP.

¹⁰ Pesquisa de Iniciação Científica realizada por Amanda Mendes Silva, com subsídio do CNPq.

utilizando, para tanto, a teoria foucaultiana sobre a sociedade disciplinar e a teoria deleuzeana sobre sociedade de controle¹¹.

Devido à restrição de espaço para a exposição aprofundada dos resultados obtidos em cada um dos estudos, será apresentada uma síntese geral, que deverá servir de subsídio para propostas de intervenção em psicologia comunitária, dentro da estrutura de estágios curriculares proposta pelo curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário de Franca – Uni-FACEF.

Os resultados obtidos nesta etapa da pesquisa podem ser observados a seguir:

A vida no trabalho e o trabalho tornado vida

Após a permanência nas residências, observou-se que a maioria dos trabalhadores de costura manual se constitui por mulheres, crianças e aposentados. Já as bancas de pesponto são normalmente constituídas pelo núcleo familiar e um número variável de funcionários. Portanto, no total os entrevistados nesta etapa da pesquisa foram oito mulheres que trabalham com a costura manual, cinco aposentados, seis núcleos familiares que trabalham em bancas de pesponto (no caso foram entrevistados mulher, marido e, pelo menos, um filho) e dez crianças e adolescentes.

Para a maioria dos entrevistados o trabalho é percebido exclusivamente como meio de sustento, sendo gerador de sofrimento, principalmente pela exploração do tempo. Se por um lado aparecem queixas relativas ao trabalho dentro da fábrica, e o trabalho residencial aparenta ser mais flexível, ao longo das entrevistas foi sendo observado que o despotismo da fábrica é reeditado no trabalho domiciliar, de forma ainda mais intensificada.

¹¹ Pesquisa de Iniciação Científica realizada por Talita Bertanha de Freitas, com subsídio do CNPq.

As queixas relativas ao trabalho na fábrica se relacionam a falta de autonomia no controle do tempo, ao espaço constantemente vigiado, à disciplina imposta aos corpos no trabalho na esteira.

Em um primeiro momento, deixar este ambiente de trabalho e passar a trabalhar na própria residência era visto de forma positiva. O trabalho no lar significava maior tempo de contato com os filhos e com a família, maior liberdade e autonomia. Enfim, os participantes deixavam claro o desejo de serem seus próprios patrões.

Quanto aos discursos apresentados pelos trabalhadores durante as observações participantes, verificam-se afirmações de que o modo informal de trabalho é “bom”, pois permite aos trabalhadores uma maior aproximação familiar, além de relatarem que se sentem mais à vontade para desenvolverem o trabalho; não encontram dificuldades relacionadas ao transporte; é um ambiente agradável; e ainda podem intercalar, no caso da costura nas residências, o trabalho com outras atividades domésticas (FREITAS, S.M; RIBEIRO, 2008).

No decorrer do tempo, após a vivência concreta como trabalhador informal, novas queixas foram se fazendo: percebeu-se que a falta de tempo é ainda maior nesta situação e passou-se a desejar novamente a rotina da fábrica, que instaurava um horário de início e de término do trabalho.

Ser o proprietário da banca é ter um patrão interno ainda mais despótico e autoritário, os mecanismos disciplinares como “o exame” e “a sanção normalizadora” estão implícitos em seus discursos. A vida fora da banca é posta em segundo plano, as relações familiares se transformam em relações de trabalho, sendo que o principal dever do corpo encarnado pelo trabalho é aquele de sempre produzir (FREITAS, T.B; RIBEIRO, 2008).

As mulheres relataram uma sobrecarga de trabalho e a quase total ausência de tempo livre ou de descanso. Observou-se que a rotina da casa e do trabalho se misturam e acontece uma aceleração ininterrupta. No relato delas, para que o ganho seja suficiente é necessária uma grande quantidade de

trabalho, que invade as madrugadas e finais de semana. Elas se queixam ainda da instabilidade vivida devido ao fluxo irregular de disponibilidade de trabalho.

Durante as observações, a maioria das trabalhadoras disse que são elas que fazem o próprio ritmo de trabalho, porém costumam ficar até de madrugada e finais de semana costurando sapato. Dentro de suas casas é claro que não tem o “olhar vigilante” de um patrão, porém este olhar já é interiorizado, incorporado, se tornando uma auto vigilância. Elas sabem de seus “deveres”, muitas relataram que se cobram quando não conseguem fazer tudo que “devem” fazer: o trabalho com o sapato mais os afazeres da casa (FREITAS, T.B; RIBEIRO, 2008).

O que parece existir aqui é que as entrevistadas trabalham dez horas, até mais, por dia com a costura de sapatos. Quando param, vão preparar o jantar, fazer algumas tarefas domésticas mais urgentes, ajudar nas tarefas dos filhos, dar banho, colocá-los para dormir, adiantar alguma coisa para o outro dia. Nos finais de semana fazem os serviços mais demorados de lavar toda a roupa da casa, passar, faxinar, não sobrando tempo algum para lazer ou mesmo para o descanso. Apenas uma das entrevistadas destacou que descansa um pouquinho à noite após servir o jantar, ou quando “empaca como um burro cansado” (sic) (FELICIANO; RIBEIRO, 2008).

Algumas participantes que costuram sapato em casa afirmaram a desvantagem de haver uma estabilidade em termos de rendimento, “tem dia que tem muito serviço e tem dia que não tem nada”(sic), mas apesar de tudo afirmam que é muito bom, pois quando se cansam, dão uma parada e vão comer alguma coisa, sem pressão do patrão. As mulheres colocaram também que “trabalhar com o sapato é monótono e cansativo, mas ajuda a complementar o orçamento da casa”. Uma das mulheres ressaltou que no trabalho em casa não há folga e que se trabalha até nos finais de semana (FELICIANO; RIBEIRO, 2008).

A falta de seguridade social também pareceu ser sentida como um drama. Muitos participantes relataram problemas de saúde, vários deles por

conta do trabalho repetitivo que executam e, ao mesmo tempo, relataram a necessidade de convívio com a dor, e a percepção de um rebaixamento da produtividade. Ao mesmo tempo, colocaram a impossibilidade de se curarem das doenças, já que isto demandaria um afastamento do trabalho, o que é inviável porque a sobrevivência da família depende daquela renda.

No atual estudo o que parece acontecer é que a associação entre condições ruins de trabalho levou a manifestação de doenças físicas nas entrevistadas, pois estas mulheres permanecem sentadas por 10, 12 horas consecutivas gerando problemas de coluna, renais e circulatórios. Mesmo doentes elas permanecem trabalhando, pois não contribuem com a Previdência, e continuam executando as tarefas domésticas porque não há quem as faça por elas. Vale notar que uma das entrevistadas estava sem costurar sapatos devido à tendinite, mas estava recolhendo lixo reciclável nas ruas para conseguir algum dinheiro (FELICIANO; RIBEIRO, 2008).

Outra questão importante é a solidão do trabalho residencial, para os participantes que trabalham com a costura manual. Já no caso das bancas, como trabalha sempre mais de uma pessoa, o ambiente se mostrou mais alegre. Neste caso, observou-se uma informalidade considerada positiva pelos trabalhadores. O som do rádio ou televisão, as brincadeiras e piadas, além de cantorias e relações mais horizontais no trabalho são aspectos muito valorizados pelos entrevistados.

O que parece existir aqui é que o isolamento ditado pelo trabalho que elas realizam aumenta a tristeza e o humor deprimindo. É fato que o trabalho coletivo é promotor de relações de amizade, companheirismo, oportunidades de vivências e trocas coletivas, aumentando o senso de realidade e comprometimento mútuo. Neste aspecto o trabalho domiciliar parece ter um componente negativo na opinião da maioria das entrevistadas (FELICIANO; RIBEIRO, 2008).

Esta situação das mulheres influencia diretamente a vida das crianças. Observou-se que em todas as famílias as crianças trabalhavam,

“ajudando os pais”, como se referiam. O trabalho com o calçado, nesta circunstância não parece se diferenciar do trabalho doméstico, ao qual as crianças já estão habituadas. Vale pensar até que ponto a sobrecarga das mulheres acaba sendo redistribuída para as crianças, uma vez que o que está em jogo é a sobrevivência da família. Nesta perspectiva, os estudos sobre trabalho infantil deveriam ir muito além da situação normalmente discutida no plano macro.

Com a produção de calçado dentro das casas, o ambiente doméstico e de trabalho se fundiram, e passaram a envolver todos os membros da família, inclusive as crianças. O trabalho infantil não ocorre mais dentro das fábricas, devido à proibição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Porém sabe-se que não houve a erradicação do trabalho infantil, esse apenas passou a acontecer dentro do espaço doméstico (LIMA; RIBEIRO, 2008).

As crianças e adolescentes entrevistados possuem como padrões seus pais, e por isso algumas parecem estabelecer uma espécie de relação diferente da relação de empregado-patrão, pois nos discursos algumas não relataram que trabalhavam, mas que ajudavam os pais. As crianças e adolescentes disseram que não podem negar ajuda, senão apanham, então percebe-se que há exploração, mas esta precisa ser discutida a partir das singularidades desta situação específica, pensando-se também no estilo de autoridade parental dentro da família (LIMA; RIBEIRO, 2008).

Observou-se, ainda, o trabalho contínuo acontece não somente por conta da demanda financeira, mas também pela ideologia a respeito do trabalho, já incorporada pelos sujeitos. O trabalho é visto como um espaço digno da vida, que deve ser colocado sempre em primeiro plano. Este aspecto pode ser exemplificado por um trabalhador de banca que, mesmo sem serviço, passa o tempo no local de trabalho, como se aquilo significasse algum alívio à angústia gerada pelo tempo de não-trabalho. Observou-se em quase todos os relatos o discurso de que o trabalho dignifica o homem, que o tempo do

trabalho é dádioso e que o tempo do prazer pode ser postergado para o futuro.

Assim, é possível considerar que esse tipo de trabalho acaba se tornando uma “faca de dois gumes”, como se diz no popular, já que em alguns momentos favorece uma linha de estratificação flexível, e em outros momentos, o ser patrão de si mesmo exige além da capacidade física e emocional dessas pessoas, trazendo conseqüências que se manifestam até mesmo pela dificuldade do uso do tempo livre, como foi descrito por um entrevistado, que relata que durante seu período de folga, fica no ambiente da banca de pesponto procurando trabalho. De Masi (2000), fala da dependência psicológica do trabalho, ou seja, o *overtime*, que em inglês significa “além do tempo”. Aqui, o trabalhador se habitua de tal forma ao trabalho, que quando está fora dele, se sente perdido, desorientado e inútil (FREITAS, S.M; RIBEIRO, 2008).

Outro aspecto que se destacou nas pesquisas é a influência do trabalho na vida familiar. Na maioria dos casos existe uma intensificação dos conflitos, quer seja entre pais e filhos, quer seja entre marido e mulher. Todos os entrevistados relataram uma tentativa de não misturarem as duas esferas, mas, principalmente no caso das bancas de pesponto em que a família trabalha em conjunto, os conflitos se tornam inevitáveis. De forma geral, o que se relata é que o trabalho invade todo o espaço da vida doméstica.

Quanto à influência do trabalho nas relações familiares, a grande maioria dos entrevistados disse que esta situação gera muito desgaste e conflitos conjugais, uma vez que, em todas as famílias entrevistadas, marido e mulher trabalham juntos ou já passaram por essa experiência. Além de influenciar na relação conjugal, também acaba por influenciar na relação com os filhos, como relata um dos pais de família entrevistados, ao justificar sua ausência enquanto pai pelo excesso de trabalho (SILVA; RIBEIRO, 2008).

Já no caso dos aposentados entrevistados, observou-se que para todos eles a aposentadoria é percebida de forma positiva, não tendo sido relatadas situações de perda de inserção social. Até porque para todos eles

houve necessidade de complementação da renda após a aposentadoria, acontecendo a permanência no mercado de trabalho, com oportunidades no setor informal. Para alguns participantes, neste momento o trabalho tornou-se mais prazeroso e mais leve, com maior liberdade e menos cobranças. Alguns relataram uma flexibilização do tempo, colocando que se permitem mais encontros com amigos, participação em eventos comunitários e religiosos.

Cinco entrevistados revelaram um aumento de tempo livre, após a aposentadoria, para investirem em relacionamentos sociais, contrariando a crença de que a aposentadoria significa o começo do desengajamento social. Três disseram que os vínculos mais fortes se dão com as pessoas de suas comunidades religiosas, enquanto dois falaram de amizades em geral, um enfatizou sobre o tempo livre para aceitar convites de amigos para atividades de lazer, e outra aposentada revelou que após a aposentadoria começou a frequentar lugares que antes não frequentava devido ao trabalho (CINTRA; RIBEIRO, 2008).

A partir dos resultados obtidos, a questão que se coloca é como aproveitar as linhas de fuga que acontecem em um contexto de relativa flexibilização? Como pensar a vida e o trabalho sob uma ótica em que a potência de vida das pessoas não seja deteriorada, juntamente com as relações sociais?

Diante destes questionamentos, foi elaborada uma proposta de intervenção em psicologia comunitária, que será discutida no próximo seguimento.

Uma proposta de intervenção em psicologia comunitária

De acordo com Lane (1996) a história da Psicologia Comunitária remonta à década de 60 com profissionais da psicologia realizando trabalhos em comunidades de baixa renda tendo como um dos objetivos iniciais

“deselitizar” (grifo da autora) a profissão, contribuindo assim para melhoria da qualidade de vida da população. Destaca ainda que os valores da Psicologia Comunitária ligam-se à ética da solidariedade e ao compromisso político, tendo como problema central transformar o indivíduo em sujeito, com forte influência de Paulo Freire e sua “educação popular”.

A partir dos dados anteriormente apresentados e baseados no pensamento acima, surgiu a proposta de estágio em Psicologia Comunitária, também com o enfoque da Psicologia da Saúde que segundo Sebastiani (2002) também nasceu na década de 60 na América Latina e no Brasil e configura-se com atuação em diversas sub-áreas, com um campo de trabalho diversificado atuando também nas comunidades.

Pensar um trabalho de intervenção em Psicologia Comunitária articulado à Psicologia da Saúde vai ao encontro das diretrizes apontadas pelo Ministério da Saúde (2002) onde fica claro que desde a I Conferência, em 1986 que produziu a *Carta de Ottawa*, até V Conferência Internacional no México, em 2000 a saúde vem sendo apresentada como elemento necessário ao desenvolvimento social e econômico, colocando a promoção como “prioridade fundamental das políticas e programas locais, regionais, nacionais e internacionais” (BRASIL, 2002 p. 30).

Pautando-se inicialmente no conceito da Organização Mundial de Saúde (OMS) que preconizou em 1948 que saúde “É o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença”, a psicologia da saúde acompanhou a evolução histórico-conceitual de se pensar saúde e doença de forma polarizada, para entendê-la como um processo saúde-doença, assumindo o modelo da determinação social que entende este processo como produto resultante dos diferentes modos de vida das pessoas em sociedade. Assim sendo a saúde tem estreita relação com as condições de vida da população.

Em 1986, foi realizada a VIII Conferência Nacional de Saúde momento em que se definiu saúde de forma ampliada, agora pensada nos

seguintes termos:

Saúde não é simplesmente não estar doente, é mais: é um bem-estar social, é o direito ao trabalho, a um salário condigno; é o direito a ter água, à vestimenta, à educação, e, até as informações sobre como se pode dominar este mundo e transformá-lo. É ter direito a um ambiente que não seja agressivo, mas que pelo contrário, permita a existência de uma vida digna e decente, a um sistema político que respeite a livre opinião, a livre possibilidade de organização e de autodeterminação de um povo. É não estar o tempo todo submetido ao medo da violência, tanto daquela violência resultante da miséria, que é o roubo, o ataque, como da violência do governo contra o seu próprio povo... Saúde é a possibilidade de trabalhar e ter acesso à terra (BRASIL, 2002)

Pensando saúde nos termos apresentados, sua promoção pressupõe dentre outras coisas capacitar a comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo.

Assim sendo, a proposta inicial do estágio tem como objetivos ampliar a cartografia que promove o reconhecimento das linhas de estratificação (ou produção de subjetividade capitalística) e linhas de fuga (ou produção de novos modos de vida). Os alunos estagiários devem acompanhar o acontecimento de grupos e associações naturais que são vivenciadas no bairro estudado, com vistas a potencializar os fluxos intensivos, ou aqueles que poderiam gerar transformações nas três ecologias: mental, social e ambiental.

Enquanto proposta político-pedagógica a instituição promotora busca formar psicólogos comprometidos com a busca da melhoria das condições de vida da população, integrando as necessidades de experiência profissional do estudante a uma verdadeira prestação de serviços voltados para o atendimento das necessidades de pessoas, grupos ou instituições, em situações reais de vida. Como atividade norteadora propõe-se a configuração de

estratégias grupais de atuação com intervenções psicológicas sócio-educativas na comunidade.

A partir da pesquisa já realizada, são propostas inicialmente alguns segmentos a serem trabalhados:

1 - Grupo de moradores – tendo como público-alvo todos os moradores do bairro com o objetivo de trabalhar temas relacionados ao cotidiano, entre eles: economia solidária, violência, autogestão, saúde, desemprego, família e trabalho.

2 - Grupo de mulheres – tendo como público-alvo as mulheres moradoras do bairro com o objetivo de trabalhar os condicionamentos impostos pela cultura a respeito da condição de gênero e as possibilidades de transformação; vivenciar emoções e sentimentos; pensar de forma crítica sobre os fatos cotidianos; buscar novos significados a seus conhecimentos e valores; debater sobre dilemas familiares existenciais, morais e análise de conflitos.

3 - Oficina de ritmo e expressão corporal para adolescentes – tendo como público-alvo pré-adolescentes e adolescentes com o objetivo de criar um espaço coletivo para trabalhar, através da linguagem corporal temas de caráter preventivo, entre eles: sexualidade, drogas, sonhos, escola, trabalho e relações familiares

4 - Grupo de pesquisa-intervenção com crianças “Minha vida no bairro”
- tendo como público-alvo crianças de 7 a 10 anos com o objetivo de criar um ambiente para trabalhar as relações sociais e as perspectivas das crianças dentro do bairro.

Cumprе esclarecer que o objetivo de base que norteou e continua norteando o trabalho é ajudar a dar voz aos atores sociais do bairro, buscando atuar de uma forma preventiva e sempre com a crença/certeza de que o cidadão comum, aquele com o qual nos deparamos cotidianamente tem direito à saúde em sua aceção mais ampla, entendendo que de acordo com Guareschi (2006), as Relações Comunitárias são mais que meras relações sociais,

pressupõem que seus membros tenham possibilidade de participar, de manifestar sua opinião, que se definem pela necessidade de cooperação, que envolve afeto e que se trata de uma associação que se dá na linha do **SER**.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A.S. O cotidiano de uma escola pública de primeiro grau: um estudo etnográfico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (73):26-37, maio 1990.

ANDRÉ, M. E. D. A. *Etnografia da prática escolar*. São Paulo: Papirus, 2001.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo; Bomtempo, 2003.

BAQUERO, M.; BAQUERO, R. Trazendo o cidadão para a arena pública: Capital social e empoderamento na produção de uma democracia social na América Latina. In: *Revista REDES*, v.12, n.1, p.125-150, 2007.

BARBOSA, A. de S. e MENDES, A. M. Capital, Trabalho e Formação da Classe na Indústria de Calçado. In Políticas e Sociedade. *Revista do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará*. Vol. 1, nº 5, Jan/Jun./2003.

BICALHO, A.G.D. et al. Responsabilidade Social das Empresas e Comunicação, in INSTITUTO ETHOS. *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. vol. 2, São Paulo: Peirópolis, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *As cartas de promoção da saúde*. Brasília, 2002.

CINTRA, T. S.; RIBEIRO, D. F. *As percepções de aposentados que continuam trabalhando informalmente na produção calçadista sobre velhice, aposentadoria e trabalho*. Relatório de Iniciação Científica/ FAPESP, Franca, 2008.

DE MASI, D. *O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio. 2000.

DEMO, Pedro. *Desafios modernos da educação*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

DUPAS, G. A lógica econômica global e a revisão do Welfare State: a urgência de um novo pacto. In *Revista Estudos Avançados*, n.33, IEA/USP, set-dez 1998.

FREITAS, S. B. de. *Relações de gênero no trabalho: a visão masculina*, TCC, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Campus Franca, 2001

FELICIANO, V. O; RIBEIRO, D. F. *A fábrica no lar: percepções de mulheres sobre seu cotidiano, seu trabalho e suas relações familiares*. Relatório de Iniciação Científica/ FAPESP, Franca, 2008.

FREITAS, T. B.; RIBEIRO, D. F. *Poder Disciplinar e Linhas de Fuga em trabalhadores com costura manual, de bancas de pesponto e de fábricas de calçado*. Relatório de Iniciação Científica/ CNPQ – PIBIC, Franca, 2008.

FREITAS, S. M.; RIBEIRO, D. F. *A Percepção de trabalhadores domiciliares do setor calçadista de uma cidade industrial sobre tempo livre, trabalho e lazer*. Relatório de Iniciação Científica/ FAPESP, Franca, 2008.

GUARESCHI, P. A. Relações comunitárias relações de dominação. In: CAMPOS, R. H. de F. *Psicologia social comunitária*. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 81-99.

GUATTARI, F. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 2007.

_____. *Revolução Molecular*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GUIDDENS, A. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LANE, S. T. M. Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In: CAMPOS, R. H. de F. *Psicologia social comunitária*. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 17-33.

LOBOSCHI, L. M. P. et al. Responsabilidade social e o empreendedorismo. In PIMENTEL, R.C. (org) *O novo e o antigo na administração: reeleitura sobre alguns temas*. Ribeirão Preto: Novosaber, 2003.

MARCOVITCH, Jacques. *A universidade (im)possível*. São Paulo: Futura, 1998.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: metodologia qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1996.

NAVARRO, V. L.. *O trabalho e a saúde do trabalhador na indústria de calçado*. São Paulo: Pespec. online. Abr/jun.2003, vol. 17, n 2, p.32 – 41. Disponível na World Wide Web:

<http://www.scielo.php?script=sciartex&pial>. Acesso em 20 de julho de 2005.

NEGRI, A.; COCCO, G. *Glob(AI): biopoder e luta em uma América Latina globalizada*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

OLIVEIRA, P.T. Responsabilidade social da universidade e ensino de ciências sociais aplicadas. In OLIVEIRA, P.T.(coord) *Ensaio de ensino de administração*. Franca: FACEF, 2003.

UNI-FACEF. Projeto Pedagógico do curso de Psicologia. Franca: UNI-FACEF, 2007.

SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SEBASTIANI, R. W. Histórico e evolução da psicologia da saúde numa perspectiva latino-americana. In: ANGERAMI-CAMON, V.A. (org). *Psicologia da Saúde: um novo significado para a prática clínica*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

SORJ, B. *A nova sociedade brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SOUZA, M. P. R. As contribuições dos estudos etnográficos na compreensão do fracasso escolar no Brasil In: MACHADO, A. M.; SOUZA, M. P. R.(orgs) *Psicologia escolar: em busca de novos rumos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

